

MOÇÃO

Pela Promoção de Políticas Públicas de Apoio às Freguesias Portuguesas

As freguesias portuguesas são reconhecidas pela sociedade nas suas realizações, concretizações e múltiplos trabalhos sociocomunitários materializados a muito baixo custo para o erário público.

Fazem, empreendem, envolvem e desenvolvem os seus territórios com os recursos próprios e na maior parte das ações com o apoio do tecido associativo e económico das suas comunidades.

A esmagadora maioria das freguesias funcionam apenas com a permanência dos eleitos que muitas vezes se desdobram noutras funções com um grau de responsabilidade equiparado a membros do governo.

Somos técnicos de serviço social, somos gestores, somos protagonistas da contratação pública, somos construtores e operários de construção civil, somos conselheiros, mas e ainda assim, credores da confiança dos nossos concidadãos.

Infelizmente não temos políticas públicas compatíveis com a especificidade do funcionamento das freguesias portuguesas.

Aqui e ali é legislado que as freguesias são entidades elegíveis para alguns programas mas depois o nível de exigência, os montantes envolvidos, a dificuldade de acompanhamento e operacionalização cortam a realização da candidatura.

Em sinal contrário àquelas práticas surgiu recentemente um programa da autoria do ministério do ambiente no âmbito da economia circular ao qual apenas as freguesias podiam candidatar-se

É este o caminho que deve ser trilhado pelo governo e pelas entidades sob a sua tutela e em todas as áreas setoriais do governo.

Sucessivos governos apoiaram com volumosos recursos financeiros o início e a constituição de gabinetes florestais e sociais mas câmaras municipais. Ainda, em tempo mais recuado, e aquando das candidaturas a fundos e programas comunitários foram criados os G.A.T.'s um pouco por todo o país.

Estas foram políticas públicas de importância vital para o desenvolvimento do país e sustentou a qualificação do poder local na vertente das câmaras municipais.

Mas, e ao invés, para as freguesias pouco nada acontece não subsistindo legislação adequada para uma maior valorização da participação das freguesias na melhoria das condições de vida dos seus territórios.

Mocato 7





Importa pois "falar grosso" e afirmar que é o país, que são os portugueses e que é a democracia que mais têm a ganhar com a justificada alteração deste estado de coisas.

As freguesias portuguesas querem estar ainda mais presentes e mais qualificadas nas respostas aos problemas mais prementes e na conceção de políticas específicas para os seus territórios e respetivas comunidades.

Assim as juntas de freguesia portuguesas reunidas no XVII Congresso da ANAFRE na cidade de Portimão considera e reclama do governo que:

- Todos os programas apresentados pelo governo e pelas entidades tuteladas, como por exemplo, o PEPAL, os contratos de emprego e inserção, a formação específica dos eleitos e funcionários das autarquias devem ter vagas específicas e/ou condições mais ajustadas para as freguesias puderem igualmente proceder à candidatura;
- É necessário conceber ou adaptar programas específicos para apoiar financeiramente pequenas construções, equipamentos, sedes de junta e outras intervenções físicas na área administrativa das freguesias;
- Seja criada uma linha de apoio temporária técnica e financeira para, em moldes a definir, possa ser concretizada a criação das Comissões Sociais de Freguesia instituídas nos anos 90 do século XX mas com quase nula expressão no território português.
- Os Programas comunitários em vigor e os próximos que venham a ser concebidos tenham em atenção a especificidade das juntas de freguesia seja na majoração a atribuir às suas candidaturas, seja em conseguir uma clara diferenciação em favor das Freguesias Portuguesas.

Portimão, 24 de janeiro de 2020

A Freguesia da Guarda
ISABEL MANTINS

Julianis franco

A gela Ae-ce

HIMMINTENTER

1

who priparter borns